



MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

CONSULTA PÚBLICA

Minuta de Resolução que estabelece diretrizes para o atendimento socioeducativo às adolescentes privadas de liberdade no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)



MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

SUMÁRIO

Título I – Disposições Preliminares	5
Título II – Da Execução das Medidas de Meio Fechado	7
Capítulo I – Do Princípio da Excepcionalidade e da Brevidade.....	7
Capítulo II – Do Ingresso na Unidade	7
Capítulo III – Dos Insumos Básicos	7
Título III – Da Prevenção e Combate à Violência	8
Capítulo I – Da Violência Sexual.....	8
Capítulo II – Da Tortura e Maus Tratos.....	10
Título IV – Da Eliminação à Discriminação e Práticas que Reforçam a Desigualdade em Relação às Adolescentes	10
Capítulo I - Da Modificação de Padrões Socioculturais de Conduta para Mulheres	10
Capítulo II – Do Exercício da Individualidade, Afeto e Sexualidade.....	11
Título V – Da Saúde	11
Capítulo I – Disposições gerais.....	11
Capítulo II – Da Saúde Mental	12
Capítulo III – Da Saúde Sexual e Reprodutiva	13
Título VI – Da Gestação e Maternidade	13
Título VII – Do Fortalecimento dos Vínculos Familiares e Comunitários	15
Título VIII – Do Enfrentamento ao Racismo contra Adolescentes Negras	16
Título IX – Das Funcionárias e Funcionários Socioeducativos	16
Capítulo I – Da Capacitação	16
Capítulo II – Da Política contra Discriminação contra a Mulher	17
Título X – Do Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas	17
Título XI – Disposições Finais	19

* O sumário consta nesta minuta somente para facilitar a visualização global de todos os títulos e capítulos propostos, devendo ser suprimido na versão final da Resolução Conjunta.



MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº XX, DE XX DE XXXXX DE 2019.

Estabelece diretrizes para o atendimento socioeducativo às adolescentes privadas de liberdade no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

O **CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONANDA** no uso das atribuições legais estabelecidas na Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991 e no Decreto nº 5.089 de 20 de maio de 2004 e o **COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA - CNPCT**, como órgão colegiado formulador e fiscalizador das políticas de prevenção e combate à tortura, no uso de suas atribuições, conforme disposto no art. 6º, I, II e IX, da Lei nº 12.847, de 2 de agosto de 2013:

CONSIDERANDO que a Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas de 1989, ratificada pelo Brasil por meio do Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990, estabelece o direito a não ser objeto de interferências arbitrárias ou ilegais em sua vida particular, família, domicílio e correspondência, nem de atentados ilegais a sua honra e a sua reputação (art. 16), proteção contra todas as formas de violência física ou mental, abuso ou tratamento negligente, maus tratos ou exploração, inclusive abuso sexual (art. 19), proteção contra a tortura, garantia de privação de liberdade somente em conformidade com a lei, apenas como último recurso e durante o mais breve período, tendo assistência jurídica, além do direito a manter contato com sua família por meio de correspondência ou de visitas (art. 37);

CONSIDERANDO que a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher das Nações Unidas, ratificada por meio do Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002, preconiza que o Brasil se empenhe em acabar com a discriminação contra a mulher (art. 2º), adotar ações afirmativas destinadas a acelerar a igualdade de fato entre o homem e a mulher (art. 4º e 10), tomar medidas para modificar os padrões socioculturais de conduta de homens e mulheres, com vistas a alcançar a eliminação dos preconceitos e práticas consuetudinárias e de qualquer outra índole que estejam baseados na ideia da inferioridade ou superioridade de qualquer dos sexos ou em funções estereotipadas (art. 5º);

CONSIDERANDO que a Declaração dos Direitos da Criança e Adolescentes das Nações Unidas de 1959, da qual o Brasil membro signatário, garante o direito das crianças e adolescentes de não sofrerem discriminação por motivo de gênero;

CONSIDERANDO que a Constituição da República Federativa de 1988 determina a proibição absoluta de tortura e outros tratamentos desumanos e degradantes (art. 5º, III), garantia de



MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica (art. 227, §3º, IV) e os princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade (art. 227, §3º, V);

CONSIDERANDO a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, que estabelece que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (art. 5º) e assegura a “inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente” (art. 17);

CONSIDERANDO a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, vedando a internação de saúde mental em instituições com características asilares;

CONSIDERANDO a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 - Estatuto da Juventude, especialmente seu art. 17, que determina que “o jovem tem direito à diversidade e à igualdade de oportunidades e não será discriminado por motivo de: I - etnia, raça, cor da pele, cultura, origem, idade e sexo; II – orientação sexual, idioma ou religião”;

CONSIDERANDO a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), em especial o princípio da legalidade segundo o qual adolescentes não poder “receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto” (art. 35, I); “individualização, considerando-se a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente” (art. 35, VI), “não discriminação do adolescente” (art. 35, VIII);

CONSIDERANDO a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2018, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência;

CONSIDERANDO a Lei nº 13.769, de 19 de dezembro de 2018, que estabelece a substituição por prisão domiciliar da mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência e para disciplinar o regime de cumprimento de pena privativa de liberdade de condenadas na mesma situação, com consonância com o princípio da legalidade previsto na Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012;

CONSIDERANDO a Resolução nº 119, de 11 de dezembro de 2006, do CONANDA, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE);

CONSIDERANDO a Resolução nº 159, de 4 de setembro de 2013, que estabelece o Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, aprovado pelo CONANDA, cujas diretrizes indicam o respeito à diversidade de gênero e orientação sexual;



MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

CONSIDERANDO a Resolução nº 160, de 18 de novembro de 2013, do CONANDA, que institui o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e Eixos Operativos para o SINASE;

CONSIDERANDO a Resolução nº 210, de 5 de junho de 2018, do CONANDA, que dispõe sobre os direitos de crianças cujas mães, adultas ou adolescentes, estejam em privação de liberdade;

CONSIDERANDO a Portaria de Consolidação nº 02, de 28 de setembro de 2017, seção III, anexo XVI, do Gabinete do Ministro, do Ministério da Saúde, que redefine as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória (PNAISARI);

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal, em julgamento, de 20 de fevereiro de 2018, do Habeas Corpus coletivo nº 143.641, decidiu que mulheres, adultas presas preventivamente e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, que estejam grávidas, amamentando ou tenham filhos com até 12 anos ou com deficiência, devem cumprir prioritariamente medidas não restritivas de liberdade;

CONSIDERANDO as Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras, conhecidas como “Regras de Bangkok”, aprovadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas, por meio da Resolução nº 65/229, de 16 de março de 2011, estabelecendo diretrizes aplicáveis às adolescentes privadas de liberdade;

CONSIDERANDO a Recomendação emitida pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura – MNPCT, no dia 19 de dezembro de 2018, ao CONANDA e ao CNPCT, para elaboração de regulamentação de parâmetros a prevenção à tortura e diretrizes e o atendimento socioeducativo às adolescentes privadas de liberdade;

CONSIDERANDO a especificidade das adolescentes privadas de liberdade, garantindo sua existência, livre manifestação de sua identidade e adaptações necessárias à sua condição, assim como reconhecendo as situações de vulnerabilidade e riscos aos quais frequentemente as mesmas são submetidas à luz de questões interseccionais como cor/raça, etnia, classe social, território, deficiência, práticas religiosas, entre outras.

RESOLVEM:

Título I – Disposições Preliminares

Art. 1º - Esta Resolução visa estabelecer diretrizes e parâmetros de atendimento socioeducativo às adolescentes privadas de liberdade no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).



MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Parágrafo único. Esta Resolução define ações e recomendações específicas para as instituições do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, conforme a competência de cada uma das instituições que o compõem.

Art. 2º Para os fins desta Resolução considera-se:

I - adolescente privada de liberdade: : a pessoa com identidade de gênero feminina que tenha entre 12 (doze) e 17 (dezessete) anos de idade e excepcionalmente entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos, conforme o art. 2º, parágrafo único da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que esteja cumprindo medida socioeducativa de meio fechado;

II - unidade: a base física necessária para o funcionamento do programa de cumprimento das medidas socioeducativas de meio fechado, nos termos da Resolução nº 119, 11 de dezembro de 2006, do CONANDA;

IV - medidas de meio fechado: medidas socioeducativas de internação, semiliberdade e internação provisória, previstas no art. 112, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e no art. 1º, §3º e 4º, da Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012;

V - medidas de meio aberto: medidas socioeducativas de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade, previstas no art. 112, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

III - órgão gestor socioeducativo: o órgão da Administração Pública responsável, no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, pela execução das medidas socioeducativas de meio fechado;

VI - violência sexual: entendida como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não, segundo a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017;

VII - racismo institucional: conjunto de práticas das instituições e organizações que falham em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou etnia, manifestando-se cotidianamente em normas, práticas e comportamentos discriminatórios que combinam estereótipos racistas, colocando pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem frente ao acesso a políticas públicas; e

VIII - educação não formal em direitos humanos: entendida como a aquisição e produção de conhecimento que ocorre fora da instituição escolar, e por meio de organizações da sociedade civil, movimentos sociais e outras áreas de convivência e aprendizado, sendo estruturada e orientada pelos princípios da autonomia e da emancipação, com vistas à formação crítica



MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

integral, nos termos do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) e Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3).

Título II – Da Execução das Medidas de Meio Fechado

Capítulo I – Do Princípio da Excepcionalidade e da Brevidade

Art. 3º A medida socioeducativa de internação, provisória ou após sentença, reger-se-á pelos princípios constitucionais da brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Art. 4º A internação não deverá ser aplicada em relação às adolescentes gestantes, lactantes, mães e titulares de guarda ou tutela de crianças e adolescentes.

§ 1º Nos casos do caput, deverá haver prioridade absoluta para a remissão, medidas de meio aberto e, excepcionalmente, semiliberdade.

§ 2º Aplicar-se-á o disposto neste artigo, independentemente da idade de seus filhos.

Art. 5º Na aplicação da medida socioeducativa de semiliberdade também deverão ser observados os princípios citados no art. 3º, de modo a assegurar a primazia de medidas em liberdade, com permanência junto à família.

Capítulo II – Do Ingresso na Unidade

Art. 6º Nos casos excepcionais em que seja determinado cumprimento de medidas de meio fechado às adolescentes, tais medidas deverão ser cumpridas em unidade exclusiva para o público feminino.

Parágrafo único. O órgão gestor socioeducativo deve abolir quaisquer unidades mistas, que se destinem a ambos os sexos, assim como aquelas unidades contíguas a unidades masculinas.

Art. 7º Nas unidades femininas, quando atenderem a diferentes modalidades de medidas socioeducativas, tais como internação e semiliberdade, deverá haver separação na infraestrutura física para cada uma destas medidas, assim como a garantia de agentes socioeducativas, equipes técnicas de referência, projetos políticos pedagógicos e propostas socioeducativas próprias, além de outros serviços específicos, tendo em sua composição mulheres.

Capítulo III – Dos Insumos Básicos



MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Art. 8º Além dos insumos básicos de higiene, devem ser garantidos às adolescentes itens específicos às suas necessidades:

I - fornecimento de absorventes íntimos em quantidade suficiente, sempre que solicitado, respeitando as diferenças de fluxo menstrual;

II - suprimento regular de água disponível para cuidados pessoais, em particular às gestantes, lactantes e durante o período da menstruação;

III - fornecimento de papel higiênico em quantidade necessária, considerando as diferenças individuais; e

IV - outros que se fizerem necessários.

Título III – Da Prevenção e Combate à Violência

Capítulo I – Da Violência Sexual

Art. 9º As adolescentes privadas de liberdade serão acompanhadas, obrigatoriamente, por agentes socioeducativas mulheres, na custódia nos alojamentos, na permanência em refeitórios e em quaisquer atividades, assim como no deslocamento interno para atividades e atendimentos técnicos.

§ 1º Em nenhuma hipótese, agentes socioeducativos homens poderão compor a equipe de unidade, no que tange à execução das rotinas internas regulares.

§ 2º O transporte externo para audiências judiciais, atendimentos de saúde ou de outra natureza fora da unidade poderá ser realizado por agente socioeducativo homem, desde que a adolescente esteja também acompanhada, em todos os momentos, por, pelo menos, uma agente socioeducativa mulher.

§ 3º As ações de resposta a situações-limite dentro das unidades deverão estar, preferencialmente, a cargo das agentes socioeducativas mulheres, devendo ser a elas oferecidos treinamentos e capacitações adequadas, a fim de garantir a garantia da integridade física e psicológica das adolescentes privadas de liberdade, bem como de todos os profissionais da unidade.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica aos profissionais das equipes técnicas, de educação, saúde ou outras atividades pedagógicas, profissionalizantes e de cultura, esporte e lazer, entre outros.



MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Art. 10. Quaisquer relatos, queixas e indícios da ocorrência de fatos que possam configurar estupro, violação sexual mediante fraude, importunação sexual, assédio sexual, corrupção de menores, exploração sexual, pornografia envolvendo crianças e adolescentes, entre outros ilícitos penais de violência sexual contra adolescentes durante a execução da medida socioeducativa, seja dentro da unidade, em deslocamentos ou em outros locais, onde haja agente público exercendo sua custódia, perpetrados por qualquer pessoa, ensejarão imediata apuração pela direção da unidade e a realização de atendimento integral da adolescente em situação de violência sexual, especialmente nas áreas de saúde e psicossocial.

§ 1º A apuração dos casos previstos no caput será realizada conforme a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2018, considerando as diretrizes do depoimento especial, a ser realizado preferencialmente uma única vez, em sede de produção antecipada de prova judicial, por meio de profissionais especializados, em local adequado para o sigilo, assegurada a livre narrativa sobre a situação de violência, com gravação em áudio e vídeo.

§ 2º Nos casos do caput, a direção da unidade deverá obrigatoriamente informar à família da vítima, à delegacia especializada no atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência, à Vara da Infância e Juventude responsável pela execução da medida socioeducativa, à Defensoria Pública e ao Ministério Público, para as medidas administrativas e judiciais cabíveis de proteção, responsabilização e reparação.

§ 3º A autoridade judiciária responsável pela execução da medida socioeducativa deverá considerar o relato de violência sexual para a reavaliação da medida, a fim de aplicar a remissão, a extinção ou a substituição por uma medida menos grave, além de determinar o afastamento do agente público acusado da unidade.

§ 4º A autoridade judiciária deverá determinar medidas de proteção incluindo medidas específicas para evitar qualquer tipo de retaliação contra aquelas adolescentes que fizerem queixas de violência sexual.

§ 5º A direção da unidade, assim como todos os profissionais do programa de atendimento, com exceção das comunicações obrigatórias expressas no §3º, deverá guardar sigilo e discrição em relação aos relatos, queixas e indícios de ocorrência de violência sexual, de modo a evitar exposição, humilhação, constrangimento e revitimização da adolescente vítima.

Art. 11. As adolescentes vítimas de violência sexual terão acesso a atendimento intersetorial, envolvendo escuta especializada e atendimento na rede de atenção à saúde e rede socioassistencial, sem prejuízo de outras medidas previstas na Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2018.



MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Art. 12. Nos casos de violência sexual, sem prejuízo dos procedimentos de investigação e responsabilização, deverão ser garantidos encaminhamentos da vítima para os serviços de saúde, a fim de se realizar escuta especializada, cuidados médicos, exames laboratoriais, acesso a contraceptivos de emergência, antirretrovirais, interrupção da gravidez nos casos previstos em lei, e acompanhamento psicossocial.

Art. 13. As adolescentes vítimas de violência sexual e seus familiares ou responsáveis legais deverão ser informados de todas as etapas dos procedimentos de responsabilização e reparação previstos neste capítulo, assim como participar dos mesmos sempre que possível.

Capítulo II – Da Tortura e Maus Tratos

Art. 14. Ficam vedadas quaisquer medidas que exponham a intimidade das adolescentes nas unidades, incluindo:

I - videomonitoramento com alcance sobre o interior dos alojamentos, banheiros e espaços coletivos onde haja troca de vestimentas;

II - revistas corporais que envolvam desnudamento; e

III - alojamentos cujas estruturas não garantam o respeito à intimidade das adolescentes.

Art. 15. A revista corporal das adolescentes, sem desnudamento, deve ser realizada exclusivamente pelas agentes socioeducativas mulheres, resguardando a privacidade inerente ao procedimento.

Título IV – Da Eliminação à Discriminação e Práticas que Reforçam a Desigualdade em Relação às Adolescentes

Art. 16. Serão garantidos às adolescentes, em igualdade de condições em relação aos adolescentes, o acesso e a continuidade da sua formação educacional e profissionalizante, devendo os cursos profissionalizantes ser diversificados, atenderem aos interesses das adolescentes e não serem determinados por expectativas sociais de gênero.

Capítulo I - Da Modificação de Padrões Socioculturais de Conduta para Mulheres

Art. 17. O órgão gestor socioeducativo e a unidade deverão tomar todas as medidas necessárias para alterar quaisquer procedimentos técnicos e condutas institucionais baseados na ideia de inferioridade da mulher ou superioridade do homem ou em funções estereotipadas.



MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Art. 18. As unidades deverão articular parcerias com organizações da sociedade civil com atuação na temática de gênero para a realização de atividades de educação não formal, que estimulem a participação das adolescentes em ações e discussões que contribuam com o processo de formação cidadã, consciência crítica e empoderamento das adolescentes como sujeitos de direitos.

Art. 19. As adolescentes privadas de liberdade deverão ter acesso à educação e à orientação vocacional que contribua para a construção de metas para planos individuais de atendimento (PIA) e para as escolhas pessoais com vistas à preparação para o encerramento da medida e retorno a vivência comunitária em liberdade.

Capítulo II – Do Exercício da Individualidade, Afeto e Sexualidade

Art. 20. É vedada a instauração de procedimento disciplinar ou qualquer outra forma de castigo ou punição para as adolescentes, independentemente de sua orientação sexual ou de gênero, quando da expressão de afeto, incluindo abraços, beijos, apertos de mãos, trocas de bilhetes e cartas, entre outros.

Art. 21. São vedados, em relação às adolescentes lésbicas, quaisquer impedimentos de contato afetivo, de amizade ou de convivência com as demais adolescentes.

Art. 22. São vedadas práticas institucionais que descaracterizem a liberdade de expressão de gênero das adolescentes, como:

I - corte compulsório de cabelos;

II - proibição de uso de maquiagem e outros produtos de beleza;

III - depilação compulsória; e

IV - entre outras práticas que violem a liberdade de expressão de gênero.

Art. 23. No caso de formação de casais entre as adolescentes, dever-se-á permitir que permaneçam no mesmo alojamento, sendo levado em conta o direito ao exercício da sexualidade, da afetividade e da convivência.

Título V – Da Saúde

Capítulo I – Disposições gerais



MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Art. 24. É garantido às adolescentes privadas de liberdade o acesso à saúde com atendimento integral nos termos da Política de Atenção Integral a Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei – PNAISARI, estabelecida por meio Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, seção III, anexo XVI, do Gabinete do Ministro, do Ministério da Saúde.

Art. 25. No ingresso na unidade, será realizada avaliação clínica e psicossocial em toda adolescente, devendo incluir, no mínimo:

I - prevenção e controle de agravos em saúde;

II - histórico de abuso sexual e outras formas de violência que possa ter sofrido anteriormente ao ingresso;

III - saúde sexual e saúde reprodutiva, com foco na ampla garantia de direitos, no controle das doenças sexualmente transmissíveis e no acompanhamento pré-natal;

IV - saúde mental, com foco no sofrimento psíquico decorrente da situação de privação de liberdade e do uso de álcool e outras drogas; e

V - avaliação das condições de saúde, com foco nas situações de urgência e emergência.

Art. 26. Deverão ser garantidos os encaminhamentos à rede de atenção à saúde, inclusive envolvendo procedimentos de média e alta complexidade, atenção hospitalar e a demais políticas.

Capítulo II – Da Saúde Mental

Art. 27. As adolescentes com indícios de transtorno mental, de deficiência mental, ou associadas, deverão ter a medida socioeducativa preferencialmente suspensa e não deverão ser mantidas nas unidades, conforme o art. 64, § 4º, da Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.

§ 1º Nenhuma adolescente com indícios de transtorno mental, deficiência mental, ou associadas, será alocada em alojamentos ou espaços segregados ou mais restritivos que os demais da unidade, sendo vedadas práticas de cunho manicomial nas unidades, conforme a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001.

§ 2º As adolescentes identificadas com risco de suicídio e em situações de crise em saúde mental deverão ter um plano para encaminhamento para os serviços da rede de atenção psicossocial (RAPS), de maneira a oferecer cuidado intensivo mais adequado a essas situações, prevenindo o suicídio.



MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Art. 28. Deverão ser disponibilizadas às adolescentes ações de atenção em saúde mental, tendo em vista:

- I - o sofrimento psíquico decorrente da privação de liberdade;
- II - a necessidade de tratamento adequado às adolescentes com transtornos mentais; e
- III - problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas.

Parágrafo único. O acompanhamento psicossocial será realizado fora de instituições com caráter asilar, com especial atenção às questões de gênero.

Art. 29. O órgão gestor socioeducativo deverá elaborar e implementar estratégias, em articulação com a rede de atenção psicossocial (RAPS) e demais políticas, para a atenção em saúde mental, preconizando as ações de promoção em saúde mental, sem prejuízo das ações de tratamento e reabilitação.

Capítulo III – Da Saúde Sexual e Reprodutiva

Art. 30. É garantido às adolescentes privadas de liberdade o acesso, sem qualquer discriminação e coerção, a direitos sexuais e reprodutivos, a informações sobre formas de contracepção e a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (IST), incluindo o acesso e orientação sobre o uso de preservativos.

§ 1º Às adolescentes gestantes nas unidades são garantidos todos os direitos inerentes às demais mulheres grávidas, com o acompanhamento do pré-natal e a vinculação ao serviço para o parto e o puerpério, com atenção especial às peculiaridades advindas da situação de privação de liberdade, seguindo-se as diretrizes do Ministério da Saúde.

§ 2º Os equipamentos de saúde deverão acolher e atender as adolescentes privadas de liberdade sem qualquer estigmatização, constrangimento ou discriminação em razão de sua condição de adolescente privada de liberdade.

§ 3º Será resguardado, no âmbito das unidades, o sigilo dos dados referentes aos atendimentos médicos, ambulatoriais e psicossociais, em especial das adolescentes com IST/HIV/AIDS.

Título VI – Da Gestação e Maternidade



MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Art. 31. A adolescente em período de gestação ou de lactação não sofrerá qualquer medida disciplinar que, por qualquer circunstância, represente restrição à alimentação, à água e à visita familiar.

Art. 32. Dever-se-á reservar especial atenção às adolescentes privadas de liberdade que apresentarem dificuldade no cuidado dos filhos ou que estejam em sofrimento psíquico decorrente do período puerperal, garantindo-se o cuidado em saúde mental.

Art. 33. É direito da criança filha das adolescentes privadas de liberdade:

I - receber visitas do genitor; e

II - ter acesso a registro civil logo após o nascimento.

Art. 34. Na ausência de parentes ou mesmo de família extensa que possam cuidar das crianças após a saída da unidade, as mesmas deverão ser encaminhadas para serviços e programas da assistência social provisoriamente até a genitora poder assumir os seus cuidados integrais.

Art. 35. A situação de conflito com a lei ou a condição de estar privada de liberdade não poderão ser consideradas como critérios por parte das unidades para tomar medidas orientadas para a perda ou suspensão do poder familiar, para colocação de filhos em famílias substitutas ou para indução à adoção.

§ 1º Se, eventualmente, as adolescentes privadas de liberdade apresentarem dificuldades materiais ou de ordem psicoafetiva para o cuidado regular das crianças, deverão elas ser inseridas em serviços e programas da rede socioassistencial.

§ 2º Em última hipótese, caso expressa vontade da adolescente e de seus pais ou responsáveis, a criança poderá ser encaminhada à adoção, uma vez esgotadas todas as tentativas de colocação na família extensa.

Art. 36. É garantida às adolescentes gestantes a assistência material para garantir o enxoval da criança recém-nascida.

Art. 37. Sob nenhuma hipótese será admitida contenção de adolescentes parturientes, incluindo uso de algemas, nas etapas preparatórias para o parto, no momento do parto, nem no período imediatamente posterior.

Art. 38. Às adolescentes indígenas, estrangeiras, quilombolas ou pertencentes a povos e comunidades tradicionais é garantido o respeito a ritos e/ou tradições específicos na gestação, no parto e no puerpério, incluindo rituais religiosos e manifestações culturais.



MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Título VII – Do Fortalecimento dos Vínculos Familiares e Comunitários

Art. 39. Quando a unidade acolher adolescentes de outros municípios, deverá oferecer apoio logístico para deslocamento das famílias, nos dias de visitas e atividades que envolvam a participação dessas durante a execução da medida.

Art. 40. A proibição, ameaça de suspensão, ou redução do tempo de duração das visitas e contatos telefônicos com familiares não deverá ser utilizada como forma de sanção disciplinar pela unidade.

§ 1º Qualquer limitação sobre o contato familiar será medida excepcional e somente determinada judicialmente, conforme disciplina o art. 124, § 2º, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

§ 2º As unidades articular-se-ão com os estabelecimentos penais onde estejam presos pais, mães ou responsáveis adultos pelas adolescentes, a fim de assegurar visitas familiares regulares.

§ 3º As visitas familiares na unidade, principalmente quando envolvam crianças, devem garantir contato direto com as adolescentes, em um ambiente organizado que favoreça uma experiência positiva do encontro, bem como a satisfação na manutenção do vínculo familiar.

§ 4º Serão oferecidas diferentes estratégias que estimulem a manutenção dos vínculos com amigos e outras pessoas de referência das adolescentes, bem como os meios de comunicação com o mundo externo.

Art. 41. Deverá ser garantido o direito à visita íntima para as adolescentes, independentemente de sua orientação sexual ou identidade e expressão de gênero, nos termos do artigo 68, da Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.

Art. 42. Na fase de encerramento da medida serão garantidos encaminhamentos à rede socioassistencial, de modo a favorecer a inserção comunitária por meio da participação em programas, projetos e serviços que contribuam para ampliar possibilidades de acesso e permanência na escola, cursos profissionalizantes e atividades culturais e de formação cidadã.

Parágrafo único. Organizações da sociedade civil poderão ser acionadas, em caráter de acompanhamento suplementar, para inclusão das adolescentes em projetos e atividades com as finalidades previstas no caput.



MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Título VIII – Do Enfrentamento ao Racismo contra Adolescentes Negras

Art. 43. As unidades desenvolverão ações e programas para enfrentar o racismo institucional, considerando as interfaces de discriminação múltipla que recaem, sobretudo, em relação às adolescentes negras.

Art. 44. São vedadas condutas fundadas no racismo institucional, tais como:

I - tratamento diferenciado, de qualquer natureza, frente às adolescentes negras, especialmente no que tange ao acesso a atividades pedagógicas, cursos profissionalizantes e atendimentos da equipe técnica;

II - utilização de alcunhas e apelidos que remetam à raça/cor de cunho pejorativo;

III - fomento a um estereótipo de beleza conforme padrões brancos, como a indução ao alisamento de cabelos; e

IV - aplicação de condutas que remetam a práticas escravocratas, como trabalhos forçados, trabalhos insalubres e retirada de chinelos e calçados como sanção.

Título IX – Das Funcionárias e Funcionários Socioeducativos

Capítulo I – Da Capacitação

Art. 45. O órgão gestor socioeducativo deverá estabelecer uma política de capacitação sobre discriminação de gênero a todas suas funcionárias e funcionários, que envolva, no mínimo:

I - programas de capacitação inicial, quando do ingresso na carreira e no posto de trabalho na unidade feminina; e

II - programas de capacitação continuada, com periodicidade, no mínimo, anual.

Art. 46. Todo o pessoal antes de ser lotado em unidades femininas deverá passar por capacitação específica sobre as necessidades das adolescentes, incluindo, entre outros:

I - regras de conduta para prover a máxima proteção às adolescentes contra todo tipo de violência motivada por razões de gênero, particularmente a violência sexual, além da discriminação múltipla de raça e gênero;



MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

II - métodos de identificação para a necessidade de cuidados com a saúde mental e o risco de lesões auto infligidas e suicídio entre as adolescentes, assim como os encaminhamentos adequados nestes casos;

III - operação de serviços e equipamentos seguros e com foco na socioeducação;

IV - acolhimento, encaminhamento e acompanhamento adequado das situações de sofrimento psíquico das adolescentes em conflito com a lei.

V - mediação, negociação e métodos não violentos de gestão de conflitos;

VI - protocolo de uso da força, incluindo manejo de conflitos físicos e técnicas de contenção, que deverão ser aplicados somente como último recurso; e

VII - discriminação de gênero contra funcionárias dentro do sistema socioeducativo.

Art. 47. As funcionárias mulheres deverão ter acesso às mesmas capacitações que os funcionários homens, devendo ser reservadas vagas para as funcionárias mulheres particularmente nos cursos de defesa pessoal, contenção física, gestão de situações-limite e congêneres.

Capítulo II – Da Política contra Discriminação contra a Mulher

Art. 48. Serão assegurados meios de acesso igualitário de funcionárias mulheres a cargos de chefia e postos superiores com responsabilidades determinantes para o desenvolvimento de políticas e estratégias em relação ao atendimento socioeducativo.

Art. 49. Os cargos de direção das unidades femininas deverão ser prioritariamente ocupados por funcionárias mulheres.

Título X – Do Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas

Art. 50. O órgão gestor socioeducativo deverá revisar e reformular seus regulamentos, tais como Regimentos Internos, planos decenais, planos de segurança, entre outros, a fim de abordar a perspectiva de gênero em todas as vertentes da política socioeducativa.

§ 1º Os conselhos estaduais de direitos da criança e do adolescente, deverão participar de processo de revisão normativa e deliberar sobre os regulamentos e planos sob sua competência.



MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

§ 2º As demais instituições do sistema de garantia de direitos (SGD) e, particularmente, organizações da sociedade civil que trabalham com mulheres e questões de gênero deverão participar das ações previstas neste Título.

Art. 51. Deverão ser envidados esforços para organizar e promover estudos e pesquisas orientadas a resultados, no mínimo, sobre os seguintes temas:

I - características sociodemográficas das adolescentes em conflito com a lei;

II - tipos de atos infracionais cometidos pelas adolescentes;

III - razões que levam as adolescentes a entrar em conflito com a lei;

IV - enfoque de raça/cor e etnia em todos os estudos sobre a temática;

V - impacto da privação de liberdade na vida e na família das adolescentes;

VI - número de crianças afetadas e o impacto do cumprimento das medidas de meio fechado sobre suas mães;

VII - número das adolescentes privadas de liberdades que tenham pais, mães ou responsáveis presos e egressos do sistema prisional;

VIII - número das adolescentes LGBT privadas de liberdade e as condições de seu atendimento nas unidades; e

IX - efetividade de programas existentes para reduzir o cometimento de novos atos infracionais pelas adolescentes.

Art. 52. Os estudos e pesquisas previstos no art. 51 deverão fundamentar o planejamento efetivo, desenvolvimento de programas, formulação de políticas e sistemas de informação que atendam às necessidades das adolescentes em conflito com a lei, considerando o seu melhor interesse e a prevalência de políticas para o retorno à liberdade.

Parágrafo único. Deverão ser realizados programas de capacitação sobre os resultados destas pesquisas destinados ao pessoal socioeducativo, com o intuito de elevar sua consciência e sensibilidade sobre a temática.

Art. 53. Na sistematização de dados sobre a política de atendimento socioeducativo, como um todo, será observada a desagregação de dados em relação às adolescentes em conflito com a lei,



MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

de modo a permitir uma análise adequada em relação a este grupo dentro do sistema socioeducativo como um todo.

Art. 54. Serão envidados esforços para revisar, avaliar e tornar públicas periodicamente as tendências, os problemas e os fatores associados aos atos infracionais cometidos pelas adolescentes e a efetividade das medidas de garantia à convivência familiar e comunitária das mesmas, assim como de seus filhos, com o intuito de reduzir a estigmatização e o impacto do sistema de justiça da infância e juventude nestas pessoas.

Título XI – Disposições Finais

Art. 55. Será dada ciência dos termos desta Resolução a todas instituições do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

Art. 56. O disposto nesta Resolução aplicar-se-á, no que couber, a adolescentes travestis e transexuais.

Art. 57. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

XXXXXXXXX
Presidente do CONANDA

XXXXXXXXX
Presidente do CNPCT